

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE PSICOLOGIA



**Laços que se Criam:
O Papel da Comunicação sobre a Adopção na
Integração da Criança na Família Adoptiva**

Joana Pires Lopes Soares de Almeida

MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA

Secção de Psicologia Clínica e da Saúde/Núcleo de Psicologia Clínica Sistémica

2010

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE PSICOLOGIA



**Laços que se Criam:
O Papel da Comunicação sobre a Adopção na
Integração da Criança na Família Adoptiva**

Joana Pires Lopes Soares de Almeida

Dissertação orientada pela Professora Doutora Isabel Narciso Davide

MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA

Secção de Psicologia Clínica e da Saúde/Núcleo de Psicologia Clínica Sistémica

2010

Resumo

Perante a temática da Adopção, pretendemos, na presente dissertação, estudar a influência da comunicação sobre a adoção na qualidade da integração das famílias adoptivas, considerando o tipo de adaptação dos pais e dos filhos e o estado emocional de ambos relativamente à sua situação familiar, assim como o processo de comunicação sobre a mesma.

O estudo exploratório foi realizado com uma amostra de 12 casais adoptantes e 2 adoptantes singulares. Realizámos uma entrevista semi-estruturada, com posterior análise dos dados com recurso ao programa NVivo8.

Os resultados encontrados apontam para uma comunicação aberta entre pais adoptantes e filhos adoptivos, assim como um marcado sentido de pertença nestas famílias. São apontadas algumas limitações a este estudo e lançam-se sugestões para futuras investigações.

Palavras-chave

Famílias Adoptivas, Integração Familiar, Comunicação sobre Adopção.

Abstract

Given the theme of adoption, it is the intent of this essay to study the influence of communication on the quality of integration in adoptive families, taking into account the adaptation of parents and children and the emotional state of both in relation to their family situation, as well as the process of communication over the same.

The exploratory study was composed by a sample of 12 adoptive couples and 2 single adoptive parents. Semi-structured interviews were conducted, with a later analysis of the data using the NVivo8 Software.

The results point towards the existence of an open communication between adoptive parents and adopted children, as well as a strong sense of belonging to these families. Some limitations in this study were noticed, and future inquiries are suggested.

Key-words

Adoptive Families, Family Integration, Communication on Adoption

Agradecimentos

À minha orientadora, Professora Doutora Isabel Narciso Davide, pela disponibilidade, apoio, e pela oportunidade que me concedeu de aprofundar uma temática de grande importância a nível pessoal.

Às técnicas do Serviço de Adopção da Santa Casa de Misericórdia de Lisboa, pela disponibilidade e simpatia.

À Sofia Esteves, pela motivação, amizade e apoio incondicional.

À minha mãe, pela compreensão e carinho.

À Catarina Leal, pela ajuda e preocupação.

Ao João Silva, pela ajuda, pela paciência, e pela presença constante.

Índice

Introdução	1
1. Enquadramento Teórico	2
2. Metodologia	13
2.1. Desenho da Investigação	14
2.2. Questão Inicial	14
2.3. Objectivos e Mapa Conceptual	14
2.4. Questões de Investigação	15
2.5. Processo de Selecção da Amostra	16
2.5.1. Caracterização da Amostra	16
2.6. Instrumentos Utilizados	16
2.6.1. Entrevista Semi-Estruturada	16
2.7. Procedimento na Recolha dos Dados	17
2.8. Processo de Análise dos dados	17
3. Apresentação e Discussão dos resultados	18
Conclusão	33
Bibliografia	36

Introdução

Este estudo insere-se no âmbito da adopção. Particularmente no que diz respeito à literatura científica que existe acerca deste tema, nas várias perspectivas em que pode ser abordado, poucos são os estudos que o fazem do ponto de vista dos adoptantes (Levy-Shiff, Goldshmidt & Har-Even, 1991);

A presente dissertação, com uma amostra de pais adoptivos, pretende, através destes, compreender de que forma se dá a adaptação dos pais e dos filhos à sua nova situação de adoptantes e adoptados, isto é, apurar a qualidade de integração na família, assim como a influência da comunicação sobre a adopção na integração.

De modo a obter um documento de fácil acesso e compreensão, o trabalho foi organizado em três capítulos: 1) Reflexão sobre as temáticas que constituem o âmago do trabalho, através da revisão de literatura realizada; 2) Descrição do processo metodológico do estudo realizado e 3) Apresentação e discussão dos resultados. Posteriormente a estes três capítulos é possível encontrar as principais conclusões deste estudo, as suas limitações e hipóteses a considerar para posteriores investigações sobre a temática da adopção.

1. Enquadramento Teórico

A Família

Família é um sistema, um conjunto de elementos ligados por um conjunto de relações, em relação contínua com o exterior e que mantém o seu equilíbrio ao longo de um processo de desenvolvimento percorrido através de estádios de evolução diversificados (Sampaio, cit. in Sampaio & Gameiro, 1985).

Gubrium e Holstein (1999) vêem a família como um conceito “fluido”, socialmente construído e que muda de pessoa para pessoa, dependendo também da cultura. Desta forma, a partir do senso comum, cria-se um conceito de família através de uma variedade de processos sociais, através dos quais as pessoas, no curso da vida quotidiana, produzem e organizam “família” como uma designação significativa para relações sociais.

A família, enquanto instituição¹ desempenha, particularmente, um papel determinante nos primeiros anos de vida. É nela que a criança adquire a linguagem e os hábitos do seu grupo social. Assim, torna-se relevante a preservação e o desenvolvimento do afecto, solidariedade, união, respeito, confiança, amor e de um projecto de vida comum, no sentido de permitir um pleno desenvolvimento pessoal e social de cada elemento, com base em ideais pluralistas, democráticos e humanistas (Gama, 2000).

No entanto, a família, que hoje em dia assume, de forma expressamente mais visível, configurações distintas do tradicional, tem vindo a adaptar-se à evolução dos tempos, tomando novas formas, estruturas e responsabilidades, as quais não colocam em causa o seu papel enquanto base e fundamento da sociedade, uma vez que é a família o primeiro espaço de socialização (Potes, Bandola, Real & Ferreira, 2006).

¹ *Conjunto de práticas orientadas por normas que regulam e controlam determinadas funções sociais. Inclui uma unidade parcial com um fim comum a atingir de acordo com diversos objectivos, importantes para manter a unidade do grupo: família é um grupo multifuncional (Duarte, 2004)*

Laços que se constroem: A família pela Adopção

A adopção é considerada como sendo uma forma não tradicional de criar uma família que estabelece laços que duram uma vida entre crianças, pais adoptivos e pais biológicos, e que apresenta desafios únicos, stressores e alegrias (Leon, 2002; Waggenpack, 1998; Wegar, 1995, 2000; cit. in O'Brien & Zamostny, 2003), sendo, então, uma forma alternativa de atingir o mesmo objectivo da estrutura clássica e tradicional de família: o de constituir uma família o mais funcional possível (Fonte, 2004).

O termo “Adopção” pode referir-se a um acto pessoal, a um processo legal, ou a um serviço social (Cole & Donely, 1990, cit. in Zamostny et al. 2003). Como acto pessoal, a adopção envolve três tipos de participantes - o adoptado, a família de origem e a família adoptiva – e é actualmente visto como um processo que dura toda a vida, em vez de um acto singular e de um momento (Brodzinsky, et al., 1998; Rosenberg, 1992; Silin, 1996; Smith & Howard, 1999; cit. in Zamostny et al. 2003). Como processo legal, a adopção tem sido definida como “*o método concedido por lei para estabelecer o relacionamento legal de pai e criança entre pessoas que não são relacionadas pelo nascimento*” (Child Welfare League of America, 1978; cit. in Baden et al. 2003, p. 652). A adopção como um serviço social conduz as necessidades dos membros que compõem o processo através de várias etapas: como identificar e libertar legalmente as crianças para serem adoptadas, seleccionar e preparar as famílias para adopção, preparar e colocar as crianças em famílias adoptivas, e providenciar colocação e serviços de pós-adopção (Cole, 1985, cit. in Zamostny et al. 2003).

Actualmente, a adopção, enquanto “*meio através do qual um indivíduo que, pelo nascimento, pertence a um grupo familiar, adquire novos laços de parentesco, numa outra família, laços esses que socialmente são equivalentes aos laços de sangue*” (Sá & Cunha, 1996, cit. in Ferreira, Pires & Salvaterra, 2004, p. 399), assume dois papéis essenciais: uma forma de protecção da infância e a oportunidade para os casais com o desejo de serem pais.

Assim, apesar da corrente prática da adopção ter como principal missão a protecção dos interesses das crianças que estão colocadas para adopção, as necessidades

das famílias de origem, das famílias adotivas e dos adultos sem filhos também se tornaram importantes (Hollinger; cit. in Zamostny et al, 2003).

Qualidade de Integração na Família

A Integração Familiar

É importante não esquecer que a adoção, para além ser uma das vias que permite a concretização do desejo de se ser pai e mãe, é antes de mais uma forma de servir o superior interesse da criança. No entanto, para que a adoção seja positiva para a criança e para que esta se sinta feliz na sua nova família é essencial que os adultos que aceitaram recebê-la se sintam felizes com a sua presença (Diniz, 2003).

Embora a maior parte dos pais adotivos tenha esperado muito tempo pela criança, dois anos, em média, nem sempre estão preparados psicologicamente para a sua chegada (Relvas e Alarcão, 2002). Hoksbergen (1996, cit. in Relvas e Alarcão, 2002) considera que o que determina que um casal se transforme em pais psicológicos é a quantidade e a qualidade do tempo que estes passam e despendem com a criança. Para a própria criança é muito importante que seja estabelecida rapidamente uma ligação consistente aos novos pais, a fim de minorar os sentimentos de insegurança e de perda possivelmente desenvolvidos até ao momento da adoção e que poderão assumir uma importância vital no desenvolvimento desta e da família. Os pais adotivos vão construindo esse vínculo diariamente, sendo que, para estes, os laços afectivos são estabelecidos através da partilha de experiências. Segundo Melina (1998, cit in Relvas e Alarcão, 2002), a família adoptiva começa, não quando a criança chega a casa dos pais adotivos, mas quando se estabelece um vínculo afectivo entre pais e criança, sendo que o contacto começa no lar social onde esta se encontra.

Segundo Brodzinsky (1987), as tarefas especificamente relacionadas com a adoção providenciam, à família adoptiva, desafios adicionais que complicam as tarefas mais universais da vida familiar (cit. in Levy-Shiff, 2001).

De facto, quando surge uma criança no seio da vida familiar, surgem com ela várias alterações, que originam efeitos nas dinâmicas e estrutura da família. São gerados novos papéis, que obrigam o casal a reorganizar-se, de modo a que os constantes ajustes conduzam a um estado de equilíbrio que assegure a uma continuidade saudável do sistema, agora com um novo elemento incluído. Se este é um movimento importante para uma família biológica, que necessita de se ajustar a um novo membro que integra o sistema, ainda mais o será para uma família adoptiva, para quem esta acção tem que ser feita de parte a parte, de modo a que haja uma adaptação, o mais harmoniosa, tranquila e adequada possível, das vivências e dinâmicas, quer dos adoptantes, quer dos adoptados. É também importante considerar que, especificamente neste tipo de famílias, é precisamente porque a maior parte das crianças propostas para adopção provêm de sistemas familiares desestruturados, onde predominam modelos de funcionamento modelados por práticas desajustadas, que o exercício da autoridade parental adquire muita importância, com regras bem definidas, assentes em princípios e valores claros e conduzidas por meio de uma comunicação funcional (Alarcão, 2006).

Os pais adoptivos, como acima referido, enfrentam desafios similares aos encontrados pelos pais não adoptivos. Contudo, também negociam um número de tarefas adicionais únicas que fazem parte do processo de adopção (Palacios e Sandoval, 2006). Quando comparados com os pais biológicos, os adoptivos parecem possuir mais expectativas pré-natais do que estes, uma satisfação ligeiramente maior com a parentalidade, *coping* com exigências físicas levemente mais positivo, e um maior envolvimento social (Levy-Shiff, Goldshmit, & Har-Even, 1991, cit. in O'Brien & Zamostny, 2003). Incluída nessas tarefas específicas dos pais adoptivos encontra-se o facto de, à medida que a criança cresce, os pais terem que decidir como e quando comunicar os detalhes da adopção (Palacios e Sandoval, 2006).

As classificações do ajustamento dos pais à adopção revelaram-se fortemente e inversamente preditas pelas necessidades especiais da criança, com pequenas contribuições positivas do estado marital e número de crianças adoptadas (Minemer et al., 1998, cit. in Palacios e Sandoval, 2006). Experiências anteriores à adopção por parte das crianças, tal como um longo tempo de institucionalização, mostraram também provocar o aumento dos níveis de stress nos pais adoptivos (Mainemer et al., 2008, cit.

in Palacios e Sandoval, 2006). Por outro lado, a parentalidade não parece afectar os níveis de stress de uma forma significativa (Palacios e Sandoval, 2006).

O facto da maioria dos estudos realizados o terem sido no primeiro ano em que os pais adoptivos estão com a criança indica que os resultados relativamente aos níveis altos de stress poderão ser um reflexo de stress de ajustamento (Family Adjustment Phase of McCubbin and Patterson's model, 1983, cit. in Palacios e Sandoval, 2006). De facto, é no primeiro ano que as vivências dos adoptantes e adoptados se cruzam, tornando-se essencial encontrar um ponto de equilíbrio, compreensão e conhecimento, de forma a haver espaço para a comunicação e a integração do novo membro da família.

As primeiras fases do Ciclo Vital da Família Adoptiva

Apesar da maior parte das tarefas experienciadas por famílias adoptivas serem similares às verificadas em famílias não adoptivas, há assuntos específicos com que se confrontam os pais adoptivos e as suas crianças, em cada estágio do ciclo de vida da família (Brodzinsky & Pinderhughes, 2002). Os principais temas que as distinguem dizem respeito à decisão de adoptar, ao ajustamento inicial à parentalidade adoptiva e às conversas sobre adopção com os filhos. Os temas envolvem também o apoio em relação à curiosidade dos filhos sobre a sua família biológica, e auxiliar a criança a lidar com as perdas relacionadas com a situação da adopção, estimular uma visão positiva sobre as suas origens, fomentar uma imagem de si e uma identidade positivas na criança em relação à adopção e por vezes, principalmente na adolescência, o apoio na decisão da busca da família de origem (Brodzinsky & Pinderhughes, 2002).

A primeira fase do ciclo, em que se abordam as especificidades da adopção, envolve a própria decisão de adoptar. Na sua maior parte, os pais adoptivos são casais que se deparam, em grande parte dos casos, com um diagnóstico médico que determina a impossibilidade da geração de um filho biológico. Esta é uma situação que provoca stress, sofrimento e dor, para a maioria das pessoas envolvidas. Segundo Brodzinsky (citado por Brodzinsky & Pinderhughes, 2002), por mais complicada que seja esta situação, a forma mais adequada de fazer o luto desta é integrá-la, de uma forma saudável e funcional, como uma característica pessoal.

Aos pais adoptivos, ao contrário dos biológicos, é solicitada uma aprovação, normalmente dada pelos serviços técnicos de adopção, para que possam usufruir da possibilidade de ter um filho, sendo o tempo de espera para a concretização deste desejo indeterminado e a transição para a parentalidade é repentina, podendo, ou não, haver um envolvimento gradual com o papel parental, situação que não ocorre com os casais que têm filhos biológicos (Schechter, cit. in Levy- Shiff, Goldshmidt, Har-Even, 1991).

Por conseguinte, esta fase envolve o nascimento da família adoptiva com a vinda da criança para a casa do casal adoptante, sendo que o grande objectivo dos pais adoptivos é o estabelecimento de um vínculo afectivo com a criança que se assemelhe, o mais possível, aos laços afectivos desenvolvidos numa família biológica (Rosenberg, 1992). É de salientar a necessidade por parte do casal de desenvolver um sentimento de pertença relativamente à criança, e desta relativamente ao casal, durante esta primeira fase do Ciclo. Apesar de integrada a criança na família, os adoptantes não têm como garantida a sua permanência, sabendo que existe a hipótese, por mais pequena que seja, do período de pré-adopção ser interrompido devido a uma má adaptação (Levy-Shiff, Goldshmidt & Har-Even, 1991). A adopção é, para além disso, um pouco estigmatizada pela sociedade, uma vez que não é considerada como primeira via para a parentalidade, e esta perspectiva é, muitas vezes, partilhada pela família alargada do casal ou singular que pretende adoptar, assim como pela rede social, dificultando assim as relações de apoio. No caso dos casais biológicos, o sentimento de pertença desenvolve-se de forma natural e genuína, pois os pais acreditam que o seu filho está a formar-se no ventre da mulher e a criança, por seu turno, nasce e cresce no seio daquilo que considera ser a sua família desde sempre, existindo, assim, um indubitável sentimento de pertença que é sentido tanto pelos pais como pela criança. No caso dos casais adoptivos, a realidade é diferente, pois os sentimentos de “ser mãe e/ou pai”, “ser filho”, e “ser uma família” constroem-se e assumem-se progressivamente ao longo do tempo (Palacios, 2000).

Apesar das dificuldades possíveis de serem encontradas pelo casal, existem factos que podem proporcionar um processo mais fácil. Os casais adoptantes são, geralmente, mais velhos que os pais biológicos, quando são pais pela primeira vez, apontando este facto, podendo esse facto indicar a existência de uma situação financeira e profissional mais segura. São também, geralmente, casais cujo relacionamento é mantido há mais tempo, podendo isso indicar uma maior sensibilidade conjugal, melhor comunicação e uma gestão mais eficaz de situações de stress (Brodzinsky & Pinderhughes, 2002). Além destes aspectos, é importante ter em conta que o longo

período de espera conduz os adoptantes a, aquando do momento da integração no seio familiar, sentirem-se preenchidos emocionalmente e com uma maior capacidade de integração e reacção ao stress nos primeiros tempos de integração da criança.

Na segunda fase do ciclo vital da família adoptiva, etapa em que as crianças encontram-se na idade pré-escolar, entre os três e os cinco anos, dá-se o facto de a criança ainda não compreender a diferença entre ser filho adoptado ou biológico. Assim, é deveras importante que os pais permitam o acesso a informação sobre filiação de forma que, posteriormente, possa ser mais facilmente assimilada. Nesta fase, a criança tende a desenvolver e a fortificar a relação de confiança iniciada com os pais adoptivos na fase anterior, enquanto para o casal esta fase é marcada pela necessidade de sentirem que a criança é aceite pela rede social e pela família alargada (Rosenberg, 1992).

Quando a criança alcança a idade escolar, (dos seis aos onze anos), os pais adoptivos sentem-se geralmente preparados para falar com esta a respeito da adopção, uma vez que a maior parte das crianças desta faixa etária tem a capacidade de compreender a diferença entre nascimento e adopção.

No período escolar, as crianças possuem uma maior compreensão das temáticas relacionadas com o nascimento e a família, conseguindo assim ter uma noção mais concreta da sua situação de adoptadas. No caso dos pais, estes enfrentam o desafio de aceitar a ligação do seu filho a duas famílias, a sua e a biológica, e é necessário aceitar que existem aspectos diferentes entre famílias adoptivas e biológicas, apesar de existirem também muitas semelhanças, e que é o ajustamento a essas diferenças que contribuirá para um ambiente familiar tranquilo e apoiante à criança.

Estas foram as fases pertinentes para enquadrar a investigação em estudo, devido às idades das crianças adoptadas serem abrangidas até à fase escolar.

Os estudos que têm focado as alterações que surgem no núcleo familiar após a adopção de uma criança não têm encontrado diferenças significativas entre os casais biológicos e os adoptivos (Ward, 1996). Na verdade, os efeitos que derivam do nascimento de um filho parecem ser semelhantes aos que resultam da integração de uma criança adoptada numa nova família: divisão tradicional das tarefas, redução do tempo dedicado ao casal e a sua intimidade, e alteração dos padrões de comunicação (Conn-Blowers & Spronk, 1993 cit. in Ward, 1996).

A Comunicação

“*A comunicação é uma condição sine qua non da vida humana e da ordem social*” (Watzlawick, Beavin, & Jackson, 2004, p. 13), representando uma aventura social onde as relações são constituídas e moldadas (Levin, 1966; Rogers & Escudero, 2004).

O ser humano, desde o início da sua existência, está envolvido no complexo processo de aquisição das regras de comunicação (Watzlawick et al., 2004).

Segundo Moscovici (1954, cit. in Beaudichon, 2001), comunicar é transmitir e influenciar. Para Smith (1998, cit. in Beaudichon, 2001), é a ideia de uma partilha da informação entre indivíduos no decorrer de uma troca social, sendo que esta partilha conduz, em numerosos casos, a uma negociação para assegurar o enquadramento da situação, do contexto, ou reduzir a incerteza, precisando as intenções dos indivíduos presentes.

Relvas (1996), menciona que a comunicação é muito mais do que aquilo que se diz. A mensagem não se limita a um conteúdo codificado, como as palavras, mas contém um sentido que é transmitido das mais variadas formas, normalmente não verbais.

Comunicação sobre Adopção

Os pais adoptivos estão expostos a circunstâncias e tensões que são comuns aos pais biológicos, como as complicações e o stress de criar uma criança. Contudo, para as famílias adoptivas parece também haver fontes adicionais de tensão. Uma das tarefas suplementares da família adoptiva, segundo Palacios (2000), prende-se com a questão da revelação a criança da sua condição de adoptada, fazendo com que os pais adoptivos tenham a responsabilidade de decidir qual o momento ideal para realizarem essa revelação, como fazê-la, quais os temas a abordar, e de que forma deverão esclarecer as diversas dúvidas e questões levantadas pela criança.

Relvas (1996) afirma que quanto mais próxima e significativa é a relação, maior é a repercussão dos efeitos da comunicação.

A abertura relativamente à adopção é definida como a extensão a partir da qual o adoptado experiencia os pais adoptivos como mantendo uma atmosfera aberta e de suporte, na qual as questões acerca da adopção podem ser livremente exploradas e discutidas (Levy-Shiff, 2001).

Com o aumento do apoio relativamente à abertura em relação à adopção, a atenção passou do contar ou não acerca da adopção para o como, quando e o que deveriam dizer os pais às crianças adoptadas acerca do seu nascimento, adopção e entrada nas suas presentes famílias (Grotevant & McRoy, 1998; Watkins & Fisher, 1993; cit. in Krusiewicz & Wood, 2001).

O momento da revelação à criança da sua condição de adoptada engloba então, também, questões ligadas não só à procura de origens, como também às experiências de abandono e privação vividas por estas crianças, que forçosamente serão projectadas na relação que irá ser estabelecida com os novos pais (Brodzinsky, Smith & Brodzinsky, 1998, cit. por Ferreira et al., 2004).

Rosenberg (1992) acredita que, com a revelação, é criada a oportunidade para a criança fantasiar sobre a existência de outros pais, melhores do que os seus pais adoptivos, o que poderá perturbar as relações já estabelecidas entre a criança e a sua família adoptiva, havendo a possibilidade de ressurgirem sentimentos de perda e de medo de novos abandonos.

No entanto, a abertura à adopção tem sido considerada um factor positivo na predição do ajustamento. Uma atmosfera conducente a uma comunicação aberta, construtiva e não defensiva, assim como uma exploração honesta de várias questões relativas aos membros da família adoptiva, influencia positivamente o desenvolvimento de uma visão própria estável e positiva. (McRoy et al., 1990). Stein and Hoopes (1985) chegaram à conclusão de que adolescentes que manifestam menores problemas de identidade vêm mais vezes de famílias com um estilo aberto em oposição a um estilo fechado de comunicação, em relação às questões da adopção. Foi concluído também que a abertura relativamente à adopção é um factor positivo na predição do ajustamento. Uma atmosfera condutiva a uma comunicação aberta, construtiva e não defensiva, tal como a exploração honesta das várias questões relativamente aos membros da família adoptiva, permitem aos adoptados explorar quem realmente são, suportar a resolução dos conflitos relacionados com a adopção, permitindo o desenvolvimento de uma visão de si próprio estável e positiva. (Levy-Shiff, 2001).

Quando a criança chega, a adaptação mútua pode não ser tão suave como com um recém-nascido, e à medida que a criança cresce, os pais devem decidir como e quando comunicar os detalhes da adoção. Bird, Peterson & Miller (2002, cit. por Palacios e Sandoval, 2006) consideram estes “esforços adotivos”, que já estão fora das tensões normais da parentalidade, como sendo os problemas e conflitos mais prolongados, persistentes ou recorrentes que os pais adotivos encaram na sua rotina, podendo essas questões provocar elevados sentimentos de stress.

Relvas e Alarcão (2002), tal como a maioria dos clínicos e estudiosos, são da opinião de que, apesar de não haver unanimidade relativamente a qual será a melhor idade para se dizer à criança que esta é adoptada, os estudos indicam que a revelação deve ser feita o mais cedo possível e pelos pais adoptivos. Esse facto poderá contribuir para um maior sentido de equilíbrio e estabilidade na família adoptiva.

Os pais adoptivos são encorajados a entender que contar à criança acerca da adopção não se refere a um momento único, é um processo contínuo (Grotevant e tal., 1999, cit. in Krusiewicz & Wood, 2001). Contar será, então, apenas a primeira parte do processo, a etapa contínua é falar com a criança ao longo do tempo, de forma a dar um sentido ao que aconteceu e o porquê de ter acontecido (Brodzinsky, Schechter, & Brodzinsky, 1998; Watkins & Fisher, 1993; cit. in Krusiewicz & Wood, 2001).

Decidir como e o que dizer às crianças acerca da sua integração numa família adoptiva pode ser um processo complicado e contaminado por incertezas. “O que é que se deveria contar a uma criança sobre os seus pais biológicos e as suas circunstâncias? Como é que um pai adoptivo explica o porquê de outros pais terem abandonado uma criança (Krusiewicz & Wood, 2001, p. 788)?” Estas questões são geralmente dirigidas numa narrativa acerca do processo de adopção e da entrada da criança na família adoptiva. A história da integração deve incluir uma justificação do como e porquê da criança adoptada passar a fazer parte da nova família e, por conseguinte, quem são a criança e a família. Tal como muitas outras histórias, a história da entrada é geralmente narrada de forma informal e em partes que são entrelaçados, reforçados e melhorados com o tempo.

Há quem afirme também que as histórias contadas a crianças adoptadas deveriam reconhecer e afirmar os pais biológicos, no sentido de ajudar a curar a quebra da história de vida, criada pela separação destes. Watkins e Fisher (1993, cit. in

Krusiewicz & Wood, 2001) aconselham os pais adotivos a falar acerca o tempo anterior à adoção, dado que a criança adoptada tem uma história de origem que envolve a separação do seu mundo do dos seus pais desde o início, sabendo-o ou não. Em concordância com isto, Lichtenstein e Baruch (1996, cit. in Krusiewicz & Wood, 2001), acreditam que as histórias sobre a integração em relação às crianças adoptadas deveriam também narrar o seu nascimento e as razões pelas quais estas não ficaram com os seus pais biológicos. Adultos que foram adoptados confirmam isto, relatando que terem informação acerca do seu nascimento e primeira infância e que o facto de ouvirem relatos positivos sobre os seus pais biológicos é importante para o seu sentido de identidade e de auto-valorização (Triseliotis, 1973; cit. in Krusiewicz & Wood, 2001).

Os poucos estudiosos que exploraram as histórias de adoção têm-se preocupado em primeiro plano com a questão de como é que a adoção e os pais biológicos são retratados às crianças adoptadas. Ainda assim, estas histórias fazem mais do que descrever a adoção e os pais adotivos, também mostram às crianças o porquê dos pais adotivos as terem escolhido a elas e como se sentiram relativamente à sua entrada na família. Segundo Bochner e Ellis (1997), estas narrativas apontam muitas vezes para a descrição de uma história do passado que nos ajuda a funcionar eficazmente no presente (cit. in Krusiewicz & Wood, 2001).

Os temas considerados por Krusiewicz & Wood (2001) criam histórias de entrada que retratam a adoção, não só como uma forma saudável para as crianças entrarem nas famílias, mas também como um processo irresistível, destinado e que salvaguarda e acentua tanto os pais adotivos como as suas crianças. Ao mesmo tempo, estas histórias incluem a noção de perda, a desistência da criança por parte dos pais biológicos e a sua separação destes.

2. Metodologia

O nosso estudo baseia-se num paradigma enquadrado numa abordagem qualitativa.

Um paradigma pode ser visto como um conjunto básico de crenças, valores ou pressupostos que representam uma determinada visão do mundo que define, desta forma, a natureza do “mundo”, o lugar do indivíduo neste e a extensão de possíveis relações que o indivíduo pode manter com o mundo e as suas partes. Os paradigmas de investigação definem, para os investigadores, aquilo a que se referem e o que se encontra dentro e fora dos limites de uma investigação legítima (Denzin & Lincoln, 1994).

Segundo Guba e Lincoln (1994), podem ser considerados quatro paradigmas científicos, paradigma positivista, paradigma pós-positivista, teoria crítica e paradigma construtivista. Esta investigação enquadra-se no âmbito do paradigma pós-positivista.

No campo de acção do pós-positivismo, o objectivo da investigação é a explicação, permitindo, em última análise, prever e controlar o fenómeno em estudo, sendo este físico ou humano, e o conhecimento consiste em hipóteses não falsificadas que podem ser vistas como prováveis factos ou leis (von Wright, 1971; cit. in Denzin & Lincoln, 1994). Estes objectivos ganham pertinência através do aumento da utilização de técnicas qualitativas.

A investigação qualitativa tem potencial para esclarecer significações pessoais, explicar a experiência humana, apresentar “histórias” ricas em detalhes, compreender, gerar teorias sobre processos que vão mudando ao longo do tempo, decifrar a diversidade assim como padrões e temas, e preservar condições históricas, culturais e contextuais (Wilson & Hutchinson, 1996).

Dados e informações qualitativos são interpretações já feitas por participantes à medida que estes respondem às questões colocadas ou pelos próprios investigadores, no momento em que estes redigem as suas observações. Nem os participantes da investigação nem os investigadores podem ser neutros, devido ao facto de estes terem sempre uma determinada posição a nível cultural, histórico e teórico (Freeman et al., 2007).

2.1. Desenho da Investigação

Esta investigação encontra-se no âmbito de um estudo mais vasto sobre a temática da Adopção². Esta etapa do estudo teve como principal objectivo, através de um desenho metodológico, analisar os processos relacionais em famílias adoptivas, cujo processo de adopção decorreu através de um serviço público de adopção, relativamente à qualidade da integração destas famílias, assim como a exploração da comunicação entre pais e filhos em relação ao processo de adopção.

O nosso estudo é baseado numa amostra de famílias adoptivas e alicerça-se, como acima referido, numa abordagem qualitativa.

2.2. Questão Inicial

Qual o papel da comunicação sobre a adopção na qualidade de integração da criança no seio da família adoptiva?

2.3. Objectivos Gerais e Mapa Conceptual

O presente trabalho assenta no estudo de relatos feitos por pais adoptivos, casais e singulares, relativamente às facilidades e dificuldades que acompanharam a integração dos filhos adoptivos na família. Tendo em conta as temáticas abordadas, colocaram-se os seguintes objectivos:

- Analisar, em função dos relatos dos adoptantes, a qualidade de integração da família adoptiva;

² A presente investigação insere-se no âmbito de um estudo mais vasto sobre Stress e Bem-Estar em Famílias Adoptivas a decorrer, presentemente, num serviço público de adopção. Uma vez que o estudo se encontra, ainda, em curso, e por questões éticas que se prendem com o anonimato e confidencialidade dos dados não serão, aqui, prestadas mais informações.

- Compreender de que forma é que a comunicação sobre a adopção tem influência na adaptação de pais adoptantes e filhos adoptivos;

- Compreender se existe abertura e comunicação entre pais e filhos, de modo a que exista iniciativa de ambas as partes para dialogar sobre a sua condição familiar.

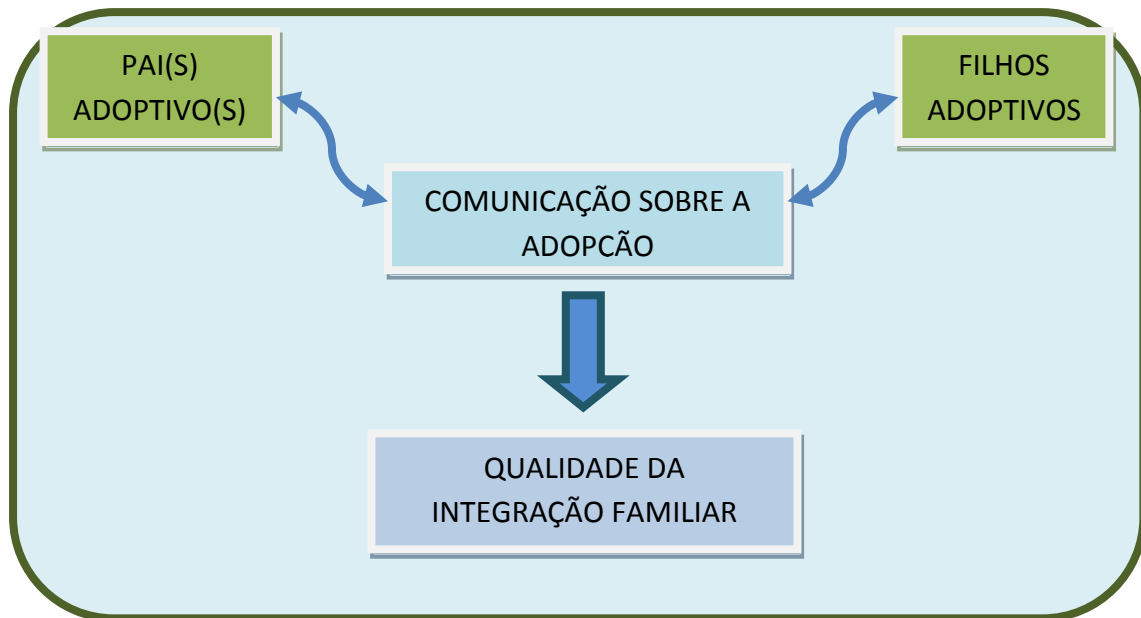


Figura 1: Quadro de Referência Conceptual

2.4. Questões de Investigação

- 1) Como se dá a adaptação das crianças adoptadas à sua nova família?
- 2) Como se dá a adaptação dos pais à chegada do filho adoptivo?
- 3) No caso de um adoptante singular, esse facto dificulta a integração familiar?
- 4) Qual é o estado emocional dos pais adoptivos relativamente à comunicação sobre a adopção com o seu filho?
- 5) De quem parte mais a iniciativa de diálogo sobre o tema da adopção, filhos ou pais?
- 6) Qual é o estado emocional dos filhos adoptivos relativamente à sua situação familiar?
- 7) Existe um marcado sentido de pertença nas famílias adoptivas?

2.5. Processo de Selecção da Amostra

2.5.1 Caracterização da Amostra

A amostra utilizada neste estudo é uma amostra de conveniência e corresponde a um recorte da amostra total de casais adoptantes, tendo sido seleccionados doze casais e duas mães singulares através da sua resposta positiva ao nosso pedido de entrevista.

A amostra em causa foi recolhida num serviço público de adopção, tendo sido estabelecido um contacto prévio com os coordenadores do Serviço.

2.6. Instrumentos Utilizados

2.6.1 Entrevista Semi-Estruturada

A entrevista é um diálogo estabelecido entre dois ou mais interlocutores, que visa temas concretos e durante a qual se cria uma espécie de relação assimétrica, em que o entrevistador domina os conceitos e o entrevistado possui um conhecimento empírico em relação aos temas propostos (Roing & Santacana, 2003). Este é um método de grande utilidade na recolha de informação, devido à riqueza de informação a dá acesso (Denzin & Lincoln, 2003; Silverman, 2000), e que permite uma maior flexibilidade, no sentido em que relata o conteúdo das experiências vivenciadas pelos indivíduos, da forma como estes as recordam e facilita a comunicação entre entrevistador e entrevistado (Roing & Santacana, 2003), sendo criado um vínculo fundamental entre ambos que garantirá a qualidade dos dados recolhidos (Rey, 1999).

A entrevista semi-estruturada tem como principal vantagem o proporcionar de questões que auxiliem o foco do investigador nas questões chave de investigação, ao mesmo tempo que garante flexibilidade de modo a que cada entrevista seja única, podendo o entrevistador decidir a sequência e o momento em que coloca as questões.

Possibilita também a posterior análise e a comparação entre as respostas dos entrevistados, assim como a possibilidade de adicionar determinados pontos relevantes ao longo da investigação (Daly, 2007).

Para a presente investigação foi criado e utilizado um guião de entrevista semi-estruturada³

³ Guião da Entrevista disponibilizado em anexo (Anexo I).

2.7. Procedimento na Recolha de Dados

Através do serviço público de adopção, foi obtida a permissão para aceder aos processos dos adoptantes, de modo a contactá-los para que pudessem ser propostas e aplicadas as entrevistas.

Deste modo, após a marcação de uma data com os singulares e os casais que consentiram a realização das entrevistas, estas foram realizadas num ambiente tranquilo, nomeadamente uma sala de reuniões da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação. Nessas entrevistas estiveram apenas presentes a investigadora - orientadora de tese - que entrevistava, e o casal ou o singular adoptantes, tendo estas uma duração média de 75 minutos. A entrevistadora explorava as perguntas do guião entrevista semi-estruturada na sequência mais lógica, tendo em conta as respostas dadas pelos entrevistados. Toda a entrevista era oralmente gravada.

A colaboração dos adoptantes foi voluntária e não remunerada.

2.8. Processo de Análise dos Dados

Após ter sido realizada a transcrição das entrevistas recolhidas, iniciou-se o processo de codificação através do Nvivo 8, um software de análise qualitativa de dados.

Foram criadas categorias baseadas no guião das entrevistas. Como o guião elaborado já continha as temáticas a explorar, estas foram consideradas sob a forma de categorias, realizando-se, posteriormente, o processo de codificação.

Procedeu-se, então, à codificação dos excertos relevantes de cada entrevista, de forma a encontrar as subcategorias ocorrentes inseridas nas categorias principais, sendo que estas foram, num passo seguinte, analisadas e relacionadas entre si.

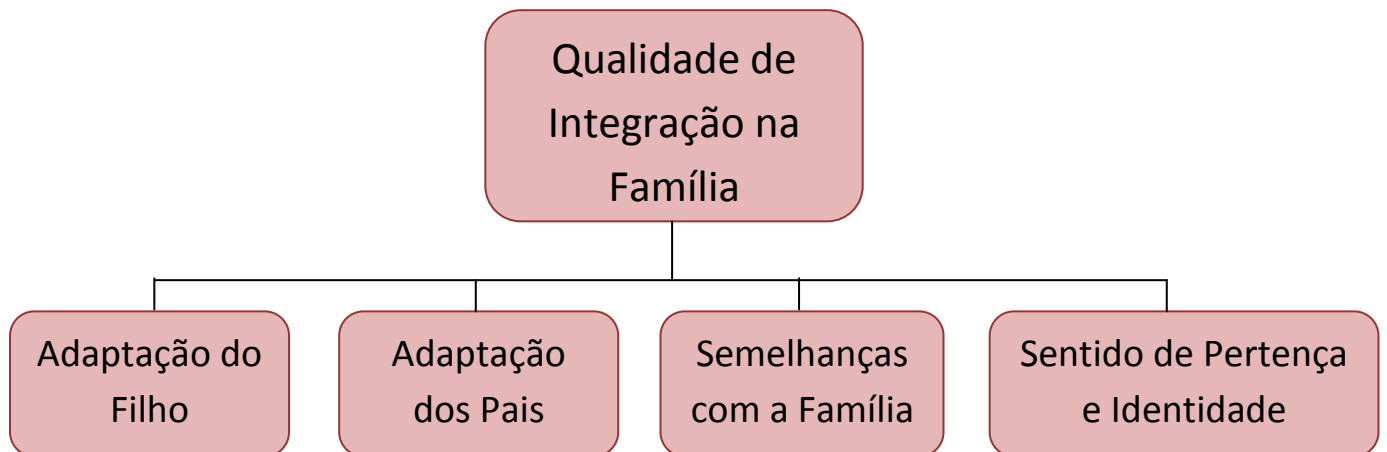
No capítulo que se segue, será realizada uma descrição mais aprofundada das categorias abordadas.

3. Apresentação e Discussão dos Dados

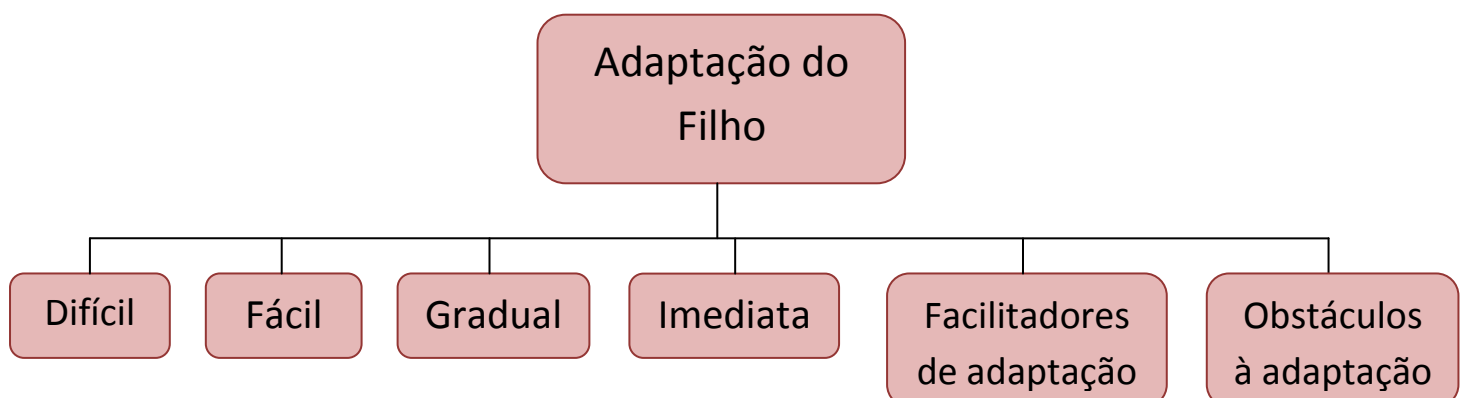
Categorias Emergentes

As categorias de partida deste estudo foram: **Qualidade de Integração na Família e Comunicação sobre Adopção.**

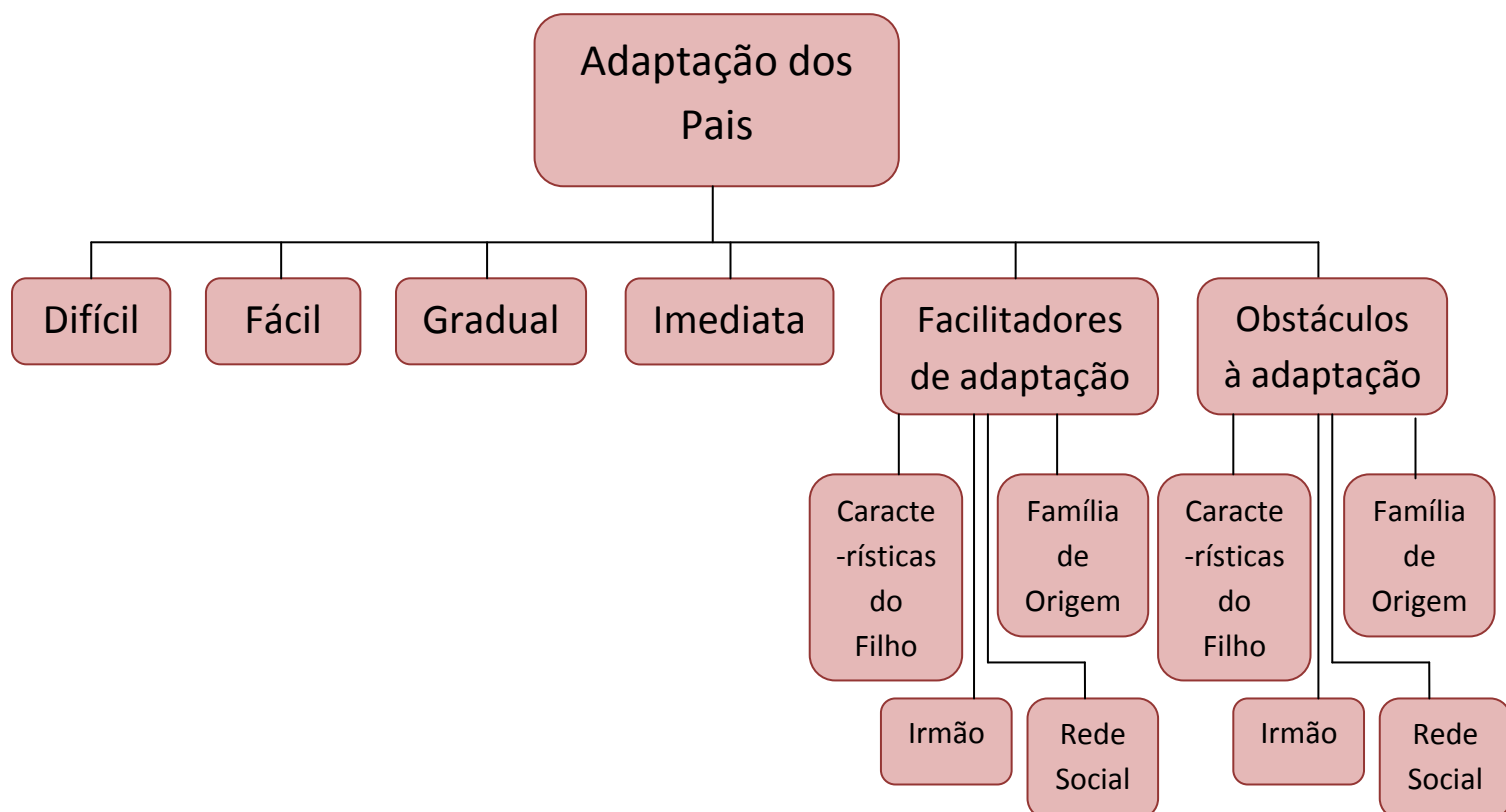
As subcategorias serão seguidamente apresentadas através de quatro esquemas representativos destas.



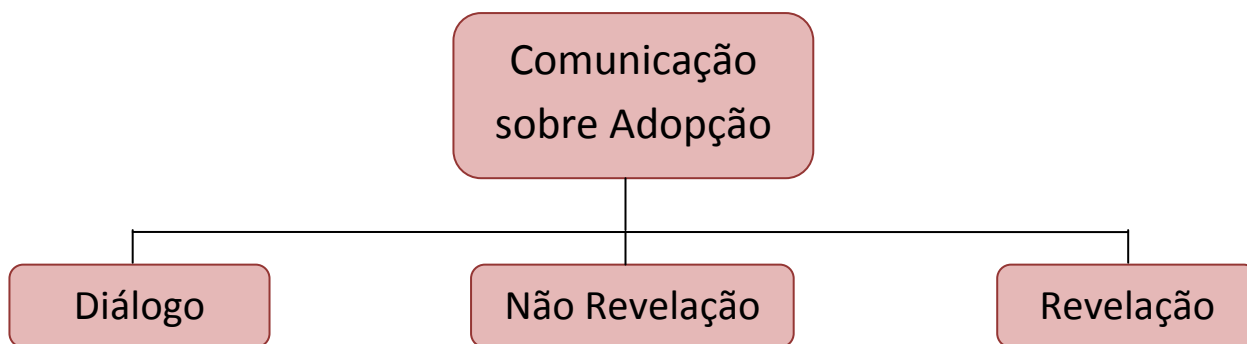
A subcategoria *Adaptação do Filho* refere-se à adaptação da criança à nova família, nomeadamente aos pais adoptantes. A subcategoria *Adaptação dos Pais* é relativa à adaptação dos pais adoptivos à criança adoptada. Relativamente à subcategoria *Semelhanças com a Família*, esta engloba semelhanças mencionadas pelos pais adoptivos, existentes entre o filho adoptivo e a nova família. Por último, a subcategoria *Sentido de Pertença e Identidade* refere-se ao “sentimento de ser uma família”, por parte dos adoptantes e da criança adoptada.



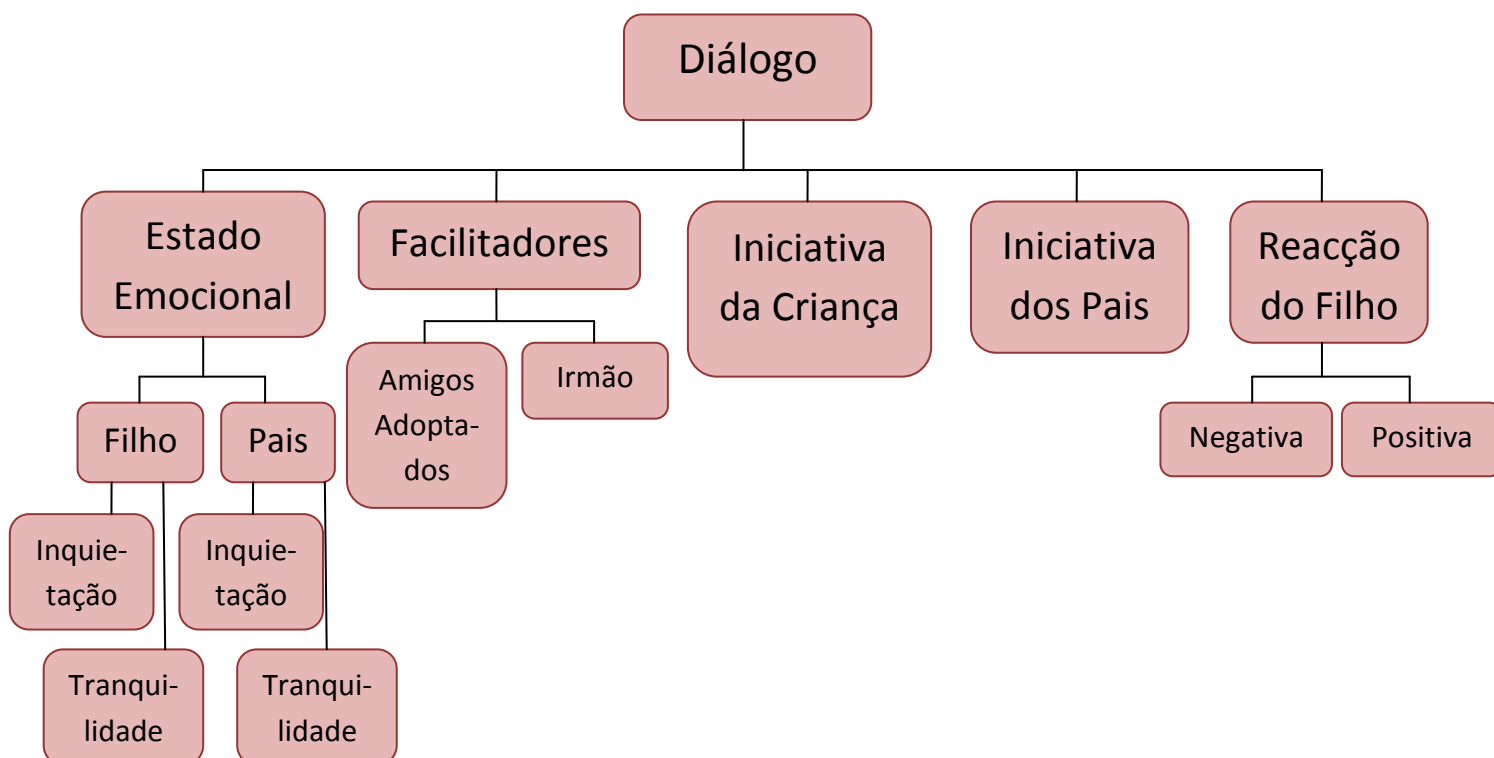
A subcategoria *Adaptação do Filho* subdivide-se nas categorias *Difícil*, *Fácil*, *Gradual* e *Imediata*, que se referem à forma como se deu a adaptação do filho à sua nova família. Relativamente às categorias *Facilitadores de adaptação* e *Obstáculos à adaptação*, estas incluem variáveis que tenham contribuído para a adaptação do filho e variáveis que tenham dificultado essa mesma adaptação, respectivamente.



Dentro da subcategoria *Adaptação dos Pais* incluem-se as categorias *Difícil*, *Fácil*, *Gradual* e *Imediata* e referem-se à forma como se deu a adaptação dos pais adoptantes à integração da criança adoptada na família. Em relação às subcategorias *Facilitadores de adaptação* e *Obstáculos à adaptação*, estas incluem variáveis que tenham contribuído e variáveis que tenham dificultado a adaptação dos pais, respectivamente. A subcategoria *Facilitadores de adaptação* inclui as *Características do Filho* que possam ter influenciado de forma positiva a adaptação dos pais, assim como a existência de um *Irmão*, a interferência da *Família de Origem* e da *Rede Social*. A subcategoria *Obstáculos à adaptação* inclui as mesmas variáveis que a subcategoria anterior, no entanto, é estudada a influência negativa destas.



A categoria *Comunicação sobre Adopção* subdivide-se em três subcategorias: *Diálogo*, que se refere às conversas mantidas entre pais adotivos e filhos adoptados sobre a temática da adopção; *Não Revelação*, que alude às famílias em que ainda não foi revelado à criança a sua situação de adoptada; e *Revelação*, que se refere ao “contar à criança” sobre a sua situação de adoptada.

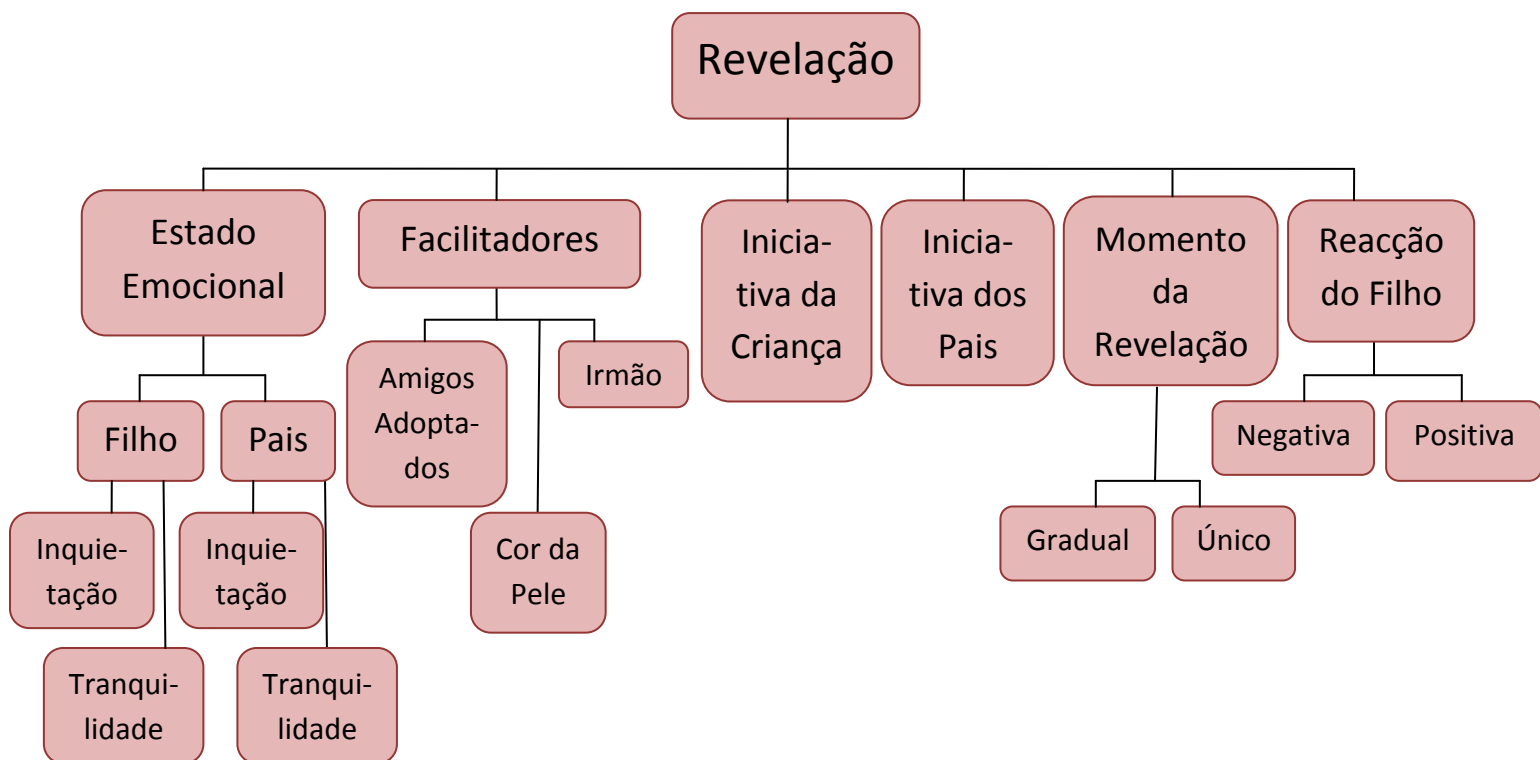


A subcategoria *Diálogo* engloba as categorias *Estado Emocional*, *Facilitadores*, *Iniciativa da Criança*, *Iniciativa dos Pais* e *Reacção do Filho*. A categoria *Estado Emocional*, subdividida em *Filho* e *Pais*, refere-se aos sentimentos relativos a adopção, por parte da criança e por parte dos pais adoptivos. A categoria *Facilitadores*, que se refere a variáveis que possam facilitar a comunicação sobre adopção e inclui as subcategorias *Amigos Adoptados* e *Irmão*. As categorias *Iniciativa da Criança* e

Iniciativa dos Pais dizem respeito a quem inicia a conversação sobre a adopção. Relativamente à *Reacção do Filho*, esta categoria refere-se à forma como a criança reage à comunicação sobre a adopção, se esta reage forma positiva ou negativa.



A subcategoria *Não Revelação* está relacionada com as situações familiares em que os pais adoptivos ainda não revelaram ao filho a sua condição de adoptado. Esta subcategoria divide-se em duas categorias: *Motivos para a Não Revelação* e *Motivação Positiva para a Revelação*. Esta última diz respeito à vontade dos pais de revelar à criança a sua condição de adoptada. Relativamente aos *Motivos para a Não Revelação*, foi encontrada a subcategoria *Falta de Compreensão por parte do Filho*, que se refere ao motivo apurado para a não revelação, ou seja, o não entendimento do que significa ser adoptado.



A subcategoria *Revelação* diferencia-se da subcategoria *Diálogo* no sentido em que está directamente direccionada para o contar à criança que esta é adoptada. Inclui as categorias *Estado Emocional*, *Facilitadores*, *Iniciativa da Criança*, *Iniciativa dos Pais*, *Momento da Revelação* e *Reacção do Filho*. A categoria *Estado Emocional*, subdividida em *Filho* e *Pais*, refere-se aos sentimentos relativos à revelação sobre a adopção, por parte da criança e por parte dos pais adoptivos. A categoria *Facilitadores*, diz respeito a variáveis que possam facilitar a revelação sobre adopção e dentro desta foram encontradas as subcategorias *Amigos Adoptados*, *Irmão* e *Cor da Pele*. As categorias *Iniciativa da Criança* e *Iniciativa dos Pais* dizem respeito a quem inicia a conversação sobre a situação da adopção. A categoria *Reacção do Filho* alude à forma, positiva ou negativa, como a criança reage à revelação sobre a adopção.

Qualidade de Integração na Família

Adaptação das crianças adoptadas

Relativamente à *Adaptação do Filho*, a categoria mais frequente é a de *Fácil Adaptação*, uma vez que, de 14 casos, em 7 a maioria dos comentários sobre a adaptação das crianças enquadra-se nessa categoria, sendo que a categoria de adaptação *Gradual* é a mais frequente em 5 dos 14 casos, sendo também esta significativa. A adaptação *Difícil* é a mais expressada em apenas dois casos. Existem comentários enquadrados na categoria de adaptação *Imediata* que, apesar de em baixo número, complementam a adaptação fácil das crianças.

“...eu acho, se calhar nem ao fim de uma semana, eu acho que ele já sentia isto como sendo a casa dele de sempre...”(Pai)

“Acho que não houve nada que em termos de expectativas (...) não estava à espera que houvesse uma integração de dois dias. E até do ponto de vista afectivo, não é, que a entrega fosse tão fácil, que o envolvimento fosse tão fácil...” (Mãe)

Em relação aos *Facilitadores de Adaptação* do filho, estes foram mencionados em apenas 1 caso dos 14 casos. No que diz respeito aos *Obstáculos à Adaptação*, estes foram abordados em apenas 2 casos.

Podemos considerar, portanto, que a adaptação da criança numa família adoptada é maioritariamente positiva, existindo uma integração fácil e gradual.

A adaptação da criança está associada de forma consistente na literatura à rápida criação de um vínculo com os pais, que, segundo Hoksbergen (1996, cit. in Relvas e Alarcão, 2002) minimizará os possíveis sentimentos negativos desenvolvidos antes da adopção.

Adaptação dos pais adotivos

Relativamente à *Adaptação dos Pais*, a categoria abordada mais frequentemente nos comentários é, também, a *Fácil*, sendo maioritária em 7 dos 14 casos estudados. A categoria de adaptação *Difícil* foi significativa em 4 casos, enquanto a *Gradual* foi apenas notória em 3.

“Eu vou-lhe dar este exemplo. Eu gostava muito de ter um segundo filho... e o meu marido nunca quis. Nunca quis e o argumento dele foi sempre este: “Eu acho que não vamos ter a sorte que tivemos da primeira vez... esta sorte nós não vamos ter mais”.” (Mãe)

“Posso tentar dizer, em termos da parte da adopção, apesar da relação se ter estabelecido muito rapidamente e muito bem, foi muito natural, não tive que me preocupar.” (Mãe)

“Eu acho que o facto de ser um filho adoptivo com três anos, há questões que diminuem o impacto. Não tivemos outra vez noites sem dormir...” (Pai)

Relativamente aos *Facilitadores de Adaptação* associados à adaptação dos pais, estes foram abordados em 9 dos 14 anos. As *Características do Filho* foram consideradas em conta em 6 dos casos, enquanto a *Família de Origem* foi mencionada em 5. A categoria *Rede Social* foi considerada como um facilitador de adaptação em 5 dos casos, enquanto a categoria “Irmão” não foi abordada em nenhum. Estes resultados corroboram a necessidade do casal de sentir a criança aceite pela família de origem e pela sua rede social (Rosenberg, 1992).

“...eu acho que nós tivemos muita sorte, porque... porque ele é uma criança muito carinhosa, muito bondosa, muito... poderia não ser! Se não fosse, naturalmente que teríamos mais problemas...” (Pai)

“Foi simples e como da parte da família não houve qualquer tipo de rejeição, foi muito simples.” (Pai)

“Foi engraçado. Nós temos uma vizinha, tínhamos, quando morávamos aqui, que também conhecia muita gente, que tinha adotado, muitas amigas que tinham adotado. Então quando nos viu com o L., ficou muito contente e pronto, estabelecemos assim muitos laços com ela. Toda a gente acolheu muito bem o L., e também foi bom para nós isso. Ele ter sido aceite pelas pessoas foi ótimo.” (Mãe)

Os Obstáculos de Adaptação foram considerados apenas em três casos, nos quais foram apenas mencionadas as *Características do Filho* (em 2 casos) e a *Família de Origem* (em apenas 1 caso).

Concluímos, assim, que as características da criança adotada, a família de origem e a rede social tiveram uma importância razoável na adaptação positiva dos pais, ao passo que não houve nenhum obstáculo significativo.

Estes resultados podem ser explicados pelos estudos de Levy-Shiff et al. (1991), que referem uma satisfação superior relativamente à parentalidade por parte dos pais adotivos, quando comparados com os pais biológicos, um *coping* mais positivo e um envolvimento social também superior, havendo, portanto, uma marcada possibilidade de uma adaptação positiva, corroborada pelos resultados. Também o facto de os casais adotivos manterem uma relação há mais tempo que os casais biológicos poderá explicar a gestão mais eficaz da situação de adaptação e stress, como observado por Brodzinsky & Pinderhughes (2002).

Semelhanças com a Família

No que diz respeito às *Semelhanças com a Família*, esta categoria demonstrou não ser comum nas famílias adoptantes, uma vez que foi abordada em apenas 1 dos 14 casos.

Sentido de Pertença e Identidade

Relativamente ao *Sentido de Pertença e Identidade*, este provou ser existente em 13 casos, não sendo mencionado em apenas 1. Isso demonstra um forte sentido de família por parte da criança e dos pais relativamente à integração.

“Por acaso não penso nas minhas filhas como adoptadas, são as minhas filhas, ponto.

M: Parece que ele já pertencia à família.” (Pai)

“...sim, eu penso que é a unidade. O conhecimento que temos de todos. Do L., que é criança e conhece-me a mim e a mãe. E a unidade de facto que nós temos. Sentimo-nos mesmo uma família. Um bloco familiar. Estamos a construir algo e cada um de nós está de facto a participar, a pôr o seu blocozinho na construção daquilo que nós pretendemos, da família em sim.”

(Pai)

“ Foi mais ali nos primeiros dias porque ele depois passado algum tempo, e quando digo algum tempo... em menos de um mês, eu acho que ele já se sentia como se tivesse vivido aqui a vida toda. E nós também. (...) A relação estabelece-se logo muito rapidamente.” (Pai)

“ Neste momento já sentimos que ela se sente segura, que ela sente que nós somos a família dela. “É o meu pai e a minha mãe”. ” (Mãe)

A partilha de experiências e de tempo entre pais adoptivos e criança adoptada permite a construção e o desenvolvimento de laços afectivos (Hoksbergen, 1996, cit. in Relvas e Alarcão, 2002), criando-se o sentimento de segurança e de pertença do filho em relação à sua nova família e dos pais em relação ao filho adoptado, como acima demonstrado.

Os resultados relativos ao sentido de pertença e identidade corroboram, então, a ideia de Palacios (2000), que refere que o sentimento de “ser família” se constrói progressivamente.

Comunicação Sobre Adopção

Diálogo

Relativamente ao *Diálogo* entre os pais e a criança adoptada, este foi referido em 11 dos 14 casos desta investigação.

O *Estado Emocional* da família relativamente ao diálogo sobre a adopção foi mencionado em 11 casos.

No caso do estado emocional do *Filho*, este foi exposto pelos pais em metade dos casos. Relativamente à *Inquietação*, esta revela-se presente em 4 casos, ao passo que a *Tranquilidade* está presente em 6 dos 7 casos em que o estado emocional da criança é referido. Deste modo, podemos concluir que existe uma tendência por parte da criança adoptada a possuir um sentimento de tranquilidade relativamente à sua situação do que um sentimento de inquietação. Levy-Shiff (2001) considera que uma comunicação aberta permite aos adoptados desenvolver uma visão estável e positiva de si mesmos, o que pode explicar o sentimento de tranquilidade destes face ao diálogo.

“...nós sempre falámos com o N. concretamente sobre a história dele, e ele gosta imenso da história dele, às vezes é ele que pede “ah, mãe, conta lá outra vez, como é que era” ou “como é que foi quando foram”, ou... ele gosta dessa história, deve ser como as outras crianças, gostam de ouvir a história do nascimento e...” (Mãe)

Sim, lá na escola. Mas é assim, ele está numa turma em que há outro menino que é adoptado por um casal, e outra menina guineense que é também adopção singular, e portanto... E outro

dia veio dizer, aliás um dos meninos que veio passar o sábado com ele é um dos meninos que foi adotado, e disse-me “oh mãe, sabes que eu e o Z., ele ontem esteve a contar-me, estivemos os dois a falar, sabes que ele também é como eu”, e eu “ah, que giro, não me digas!”, depois achei piada que ele diz-me assim “mãe! Não me digas que não sabias já!” (Mãe)

Em relação aos Pais, o sentimento de *Tranquilidade* relativamente ao diálogo sobre a adoção supera o sentimento de *Inquietação*, uma vez que este último é mencionado em apenas 3 dos casos, enquanto o sentimento de tranquilidade dos pais está presente em 7 casos.

“E hoje o J. até me perguntou se adoptar era comprar um bebé, se o tinha comprado. Nunca senti nestas conversas em que lhe explico as origens dele, não me incomoda.” (Mãe)

“Penso que a integração da T. foi muito boa, ela sabe, lembra-se perfeitamente do... enfim, obviamente sabe que foi adoptada, nós falamos disso à vontade, tem recordações, enfim e não sinto diferença.” (Pai)

Estes resultados sugerem a consciência dos pais de que o diálogo sobre a adoção é, segundo Brodzinsky et al. (1998, cit. por Krusiewicz & Wood, 2001) um processo contínuo.

Relativamente aos *Facilitadores* do diálogo sobre a adoção, estes tiveram uma presença mínima, sendo referidos em apenas dois casos, um dos quais relativo aos *Amigos Adotados*, e o segundo relativo à categoria *Irmão*, o que pode significar que os pais consideram o diálogo como algo natural, sem que haja necessidade de facilitadores.

Analisando a categoria *Iniciativa da Criança* no começo de um diálogo sobre a sua situação de adoptada, concluímos que existe, de facto, a iniciativa de comunicar por parte do filho adoptivo, uma vez que esta foi abordada em 10 dos 14 casos.

“Ele fala sobre isso A., pergunta porque é que foi adoptado... E se os filhos adoptados são diferentes dos outros filhos.” (Mãe)

“Achei piada porque ele hoje perguntava-me no carro “ó mãe, adoptar é comprar um bebé? Tu compraste-me?”. Pronto, ele vai perguntando.” (Mãe)

Relativamente à *Iniciativa dos Pais*, esta é inferior à iniciativa por parte da criança, existindo comentários a respeito desta categoria em apenas 5 casos.

“...era o que nós lhe dizíamos, nós fomos buscar-te, as senhoras da casa dos bebés foram procurar um pai e uma mãe para ti encontraram-nos a nós, nós quisemos logo ser teus pais, eras mesmo o filho que nós queríamos ter, e agora és nosso filho para sempre. Daí ele reformular “e agora sou vosso filho para sempre”.” (Mãe)

A subcategoria *Reacção do Filho* incluída na categoria *Diálogo* foi abordada apenas em 3 casos de adoptantes, sendo que em 3 casos existiam reacções negativas, havendo a presença de reacções positivas também em 2 casos desses 3. Consequentemente, não é possível fazer uma análise significativa, pois os pais, na sua maioria, não mencionaram reacções concretas ao diálogo sobre a adopção por parte dos filhos.

Não Revelação

A categoria *Não Revelação* está abordada em apenas três casos. No entanto, é importante referir que nos restantes casos já existe comunicação entre pais e filhos sobre a situação da família, justificando, assim o baixo número de casos. O motivo encontrado para a não revelação à criança sobre a sua condição de adoptada é o facto de os pais pensarem que esta ainda não compreende o conceito de adopção. Existe, contudo, em um desses três casos, uma *Motivação Positiva para a Revelação*.

“É isso, e não percebe absolutamente nada para falar e ele entender é melhor esperar pela altura certa do que estar a falar por falar e ele não perceber nada.” (Mãe)

Estes factos conciliam-se com a opinião de Grotevant & McRoy (1998, cit. in Krusiewicz & Wood, 2001) e de Watkins & Fisher (1993, cit. por Krusiewicz & Wood, 2001), relativamente à sublinhada importância de “quando” contar à criança a sua condição de adoptada.

Revelação sobre a condição de adoptado

A categoria *Revelação* está presente em 9 dos 14 casos analisados nesta investigação. É importante mencionar que em alguns dos casos a revelação não foi necessária, devido ao facto da criança ter sido adoptada com uma idade na qual compreendia já a sua condição, justificando-se, assim, a ausência de comentários enquadráveis nesta categoria nos restantes casos.

O *Estado Emocional* relativo à revelação foi mencionado em 5 casos apenas, dos quais apenas em um é indicado o estado emocional do *Filho*, sendo este de *Inquietação*. É essencial alertar para o facto de, aquando das revelações, existir a possibilidade das crianças ainda não ter uma noção formada do conceito de “adopção”, podendo este facto justificar a ausência de comentários referentes ao estado emocional destas.

A possibilidade acima mencionada concilia-se com a presença de mais comentários relativos ao estado emocional dos *Pais*, que estão presentes nesses cinco casos. Destes cinco, em 4 existem comentários reveladores de *Tranquilidade*, existindo o sentimento de *Inquietação* em apenas 1.

“E a coisa aconteceu naturalmente. Pronto, à B. expliquei, à outra não expliquei.”
(Mãe)

Estes resultados não se coadunam com a definição de Bird, Peterson e Miller (2002, cit. por Palacios e Sandoval, 2006) das questões especificamente adoptivas, sendo que, tendo em conta os comentários analisados, ao contrário do sentimento elevado de stress, sobressai o sentimento de *Tranquilidade*.

Os *Facilitadores* da revelação são mencionados em somente dois casos dos 9 em que a Revelação é abordada, sendo, em um desses casos, referidos as categorias *Amigos Adoptados*, *Irmão* e *Cor da Pele*, e no outro apenas *Irmão* e *Cor da Pele*.

“O nosso filho percebe muito bem. Os pais são brancos.” (Pai)

Ainda a respeito da categoria Revelação, a comunicação inicia-se principalmente por Iniciativa da Criança, sendo esse acontecimento apontado em 6 casos. Relativamente à Iniciativa dos Pais, esta também está presente, em 4 dos casos.

“Foi nesse ano que ela também me perguntou, com 3 anos e meio, se tinha andado na minha barriga...” (Mãe)

O facto de a iniciativa partir essencialmente da criança pode ser explicado por Triseliotis (1973; cit. In Krusiewicz & Wood, 2001), que nos revela que para os filhos

adoptivos é importante obter informação acerca do seu nascimento e da sua situação, de forma a aumentar o seu sentido de identidade e de auto-valorização.

Relativamente ao *Momento da Revelação*, este foi *Gradual* em ambos os casos em que foi referido, não existindo nenhum caso em que a revelação se tenha dado num único momento.

A existência de uma revelação gradual é corroborada por Grotevant et al. (1999, cit. por Krusiewicz & Wood, 2001), que consideram que o momento de contar à criança acerca da adopção é um processo contínuo.

No que se refere à Reacção do Filho à revelação da sua condição de adoptado, os pais apenas referem esta reacção em dois casos, existindo uma reacção Negativa e Positiva em um deles, e apenas Positiva no outro.

“Pois, ele... houve uma primeira fase, sei lá, aí nos primeiros... primeiro ano, que não era uma conversa que lhe agradasse, não queria que espalhasse muito, mas depois passou, começámos, fomos sempre conversando sempre que se... não forçando também, sempre que havia uma oportunidade.” (Mãe)

No entanto, não existem comentários suficientes para que se possa apurar um resultado.

Conclusão

Neste capítulo final, cabe-nos reflectir sobre os principais resultados desta investigação, assim como limitações do estudo e implicações para a investigação e para prevenção.

A presente investigação permitiu-nos aprofundar um pouco mais as vivências de famílias criadas por meio da adopção na realidade do nosso país.

Encaramos os resultados que apontam para uma fácil adaptação da criança à sua nova família como sendo marcantes. Não existe informação suficiente para considerar os facilitadores e obstáculos à adaptação influenciáveis.

Relativamente à adaptação dos pais, podemos afirmar que, apesar de se revelarem resultados mais aproximados entre as categorias, destaca-se também uma adaptação fácil. O apoio e a aceitação da família de origem e da rede social dos pais adoptantes demonstram ser considerados, por estes, como importantes no processo de adaptação, assim como as características do filho adoptivo.

O facto de terem sido considerados apenas dois casos de adoptantes singulares para esta investigação, dificulta a chegada a conclusões relativamente a alguma diferença em relação a casais adoptantes. No entanto, é de enfatizar que ambos os casos de adoptantes singulares revelam uma adaptação positiva da criança e do adoptante, sugerindo, assim, a possibilidade de não existir diferenças marcadas entre adoptantes singulares e casais.

Relativamente à comunicação sobre a adopção, e tendo em conta os momentos de revelação e de diálogo, é de salientar o facto de o sentimento maioritário ser o de tranquilidade, o que nos leva a considerar que os pais adoptivos não consideram a comunicação sobre a adopção uma questão problemática, tendo abertura para conversar e esclarecer os filhos sobre esse assunto. É importante referir que os facilitadores da comunicação não são expressivos neste estudo. Mesmo os pais que ainda não tomaram a iniciativa de revelar aos filhos a sua condição de adoptados demonstram ter a vontade de o fazer, no momento que considerarem ser certo.

Em relação à iniciativa de comunicar sobre a adopção, os filhos tomam mais esta iniciativa do que os pais, no que respeita ao diálogo sobre o tema. No que diz respeito à revelação, apesar de os pais também não tomarem tanto a iniciativa como os filhos, a diferença entre ambos não é tão marcada.

Este facto faz-nos concluir que as crianças sentem confiança suficiente com os pais para abordarem o tema da adopção, o que revela uma boa comunicação familiar.

O estado emocional dos filhos em relação à comunicação sobre adopção revela não ser claro o suficiente. Apesar de existir um maior número de casos em que o sentimento é de tranquilidade, este número não difere muito dos casos em que existe um sentimento de inquietação por parte dos filhos. No entanto, o facto do sentimento de tranquilidade ser superior ao de inquietação sugere uma possível aceitação e assimilação por parte dos filhos da sua condição de adoptados.

Não é possível considerar, neste estudo, as reacções dos filhos ao diálogo e à revelação sobre a adopção de forma relevante, uma vez que estas foram referidas num baixo número de casos.

É de salientar que, segundo os resultados que consideramos serem significativos neste estudo, existe um marcado sentido de pertença e identidade nas famílias adoptivas.

Limitações

É possível reconhecer algumas limitações neste estudo. A principal diz respeito ao facto de haver uma grande probabilidade de os casais que aceitaram participar na investigação terem sido apenas aqueles cuja integração foi mais positiva, o que pode ter influenciado os resultados obtidos. Existe também a questão da caracterização da amostra, uma vez que a maior parte dos indivíduos possui uma formação académica ao nível do ensino superior e profissões correspondentes a um nível socioeconómico médio/alto. Seria, então, importante, ultrapassar estas questões, no sentido de nos aproximarmos mais da representação populacional do país. É, no entanto, importante ressaltar que não é fácil aceder à disponibilidade da população de pais adoptivos.

Futuros Estudos

Tendo em conta a temática da adopção, seria interessante ir além do estudo nacional, ou seja, estudar o processo de adopção internacional e a comunicação nessas famílias.

Contudo, muitas outras questões relativamente às adopções nacionais poderiam ser aprofundadas, como de que forma afecta a adopção e a integração da criança o funcionamento da díade e de quais os ajustamentos a nível da conjugalidade, assim como se existe uma diferenciação marcada entre o funcionamento da parentalidade dos pais adoptivos e o de pais biológicos.

Deste modo, fica em aberto um caminho para a investigação das hipóteses sugeridas.

Para além de abrirem caminho a futuras investigações, os resultados permitiram também fazer considerações sobre a sua pertinência na prática clínica com famílias adoptivas, nomeadamente o apoio na adaptação dos pais e na comunicação sobre a adopção, assim como a possibilidade de promover uma maior compreensão das dinâmicas familiares por parte dos pais adoptivos.

Bibliografia

Alarcão, M. (2006). *(Des)Equilíbrios Familiares: Uma visão sistémica* (3ª Ed.). Coimbra: Quarteto.

Zamostny, K.P., O'Brien, K.M., Baden, A.L., & Wiley, M.O. (2003). The Practice of Adoption: History, Trends, and Social Context. *The Counseling Psychologist*, 31 (6), 651-678.

Beaudichon, J. (2001). *A Comunicação: Processos, formas e aplicações*. Coleção Ciências da Educação Século XXI; Porto Editora.

Brodzinsky, D. M., Smith, D. W., Brodzinsky, A. B. (1998). *Children's Adjustment to Adoption: Developmental and Clinical Issues*. Sage Publications.

Brodzinsky, D. & Pinderhughes, E. (2002). Parenting and child development in adoptive families. Marc H. Bornstein (Ed.), *Handbook of parenting* (10). Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.

Cole, E.S. Adoption: History, policy, and program. *A handbook of child welfare Context, knowledge, and practice*. J. Laird and A. Hartman, eds. New York: Free Press, 1985, pp. 638–62.

Daly, K. J. (2007). *Qualitative Methods for Family Studies & Human Development*. Thousand Oaks: Sage Publications.

Denzin, N.K. and Lincoln, Y.S. (1994). (eds.) *Handbook of Qualitative Research*. Sage, Thousand Oaks.

Diniz, J.S. (2003). A adoção como problema e como resposta. *Cidade Solidária*, 10, 20-23.

- Duarte, M. L. M. (2004). *Adopção: Os maus-tratos a crianças adoptadas* (Fontes de Informação Sociológica) Coimbra.
- Ferreira, S. A., Pires, A., & Salvaterra, F. (2004). Filho do coração: Adopção comportamento parental. *Análise Psicológica*, 2 (22), 399-411.
- Fonte, L. (2004). *Novas famílias: A monoparentalidade e a adopção*. Monografia de Final de Curso.
- Freeman, M., deMarrais, K., Preissle, J., Roulston, K. & St. Pierre, E. A. (2007). Standards of Evidence in Qualitative Research: An Incitement to Discourse. *Educational Researcher*, 36 (1), 25–32.
- Gama, G. C. N. da (2000). Filiação e reprodução assistida: introdução ao tema sob a perspectiva do direito comparado. *Revista Brasileira de Direito de Família*, 5, 7-28.
- Guba, E. G., & Lincoln, Y. S. (1994). Competing paradigms in qualitative research., *Handbook of qualitative research*. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.) London: Sage.
- Gubrium, J. F., and Holstein, J. A. (1990). *What is Family?* Mountain View, CA: Mayfield.
- Krusiewicz, E. S. & Wood, J. T. (2001). 'He was Our Child from the Moment we walked in that room'. *Entrance Stories of Adoptive Parents*. *Journal of Social and Personal Relationships*. 18 (6), 785-803.
- Levin, G. (1966). Communicator-communicant approach to family interaction research. *Family Process*, 5(1), 105-116.
- Levy-Shiff, R. (2001). Psychological adjustment of adoptees in adulthood: Family environment and adoption-related correlates. *International Journal of Behavioral Development*, 25 (2), 97-104.

Levy –Shiff, R., Goldshmidt, I., & Har-Even, D. (1991). Transition to parenthood in adoptive families. *Development Psychology*, 27(1), 131-140.

McRoy, R., Grotevant, H., Furuta, A., & Lopez, S. (1990). Adoption Revelation and Communication Issues. *Implications for Practice. Families in Society*, 71, 550-557.

O'Brien, K. M. & Zamostny, K. P. (2003). Understanding Adoptive Families: An Integrative Review of Empirical Research and Future Directions for Counseling Psychology. *The Counseling Psychologist*, 31 (6).

Palacios, J. (2000). Familias adoptivas. In M. J. Rodrigo & J. Palacios (Eds.), *Familia y desarrollo humano* (pp. 353-371). Madrid: Alianza Editorial.

Palacios, J. & Sánchez-Sandoval, Y. (2006). Stress in parents of adopted children. *International Journal of Behavioral Development*, 30 (6), 481-487.

Potes, A. A., Bandola, C. T., Real, F. M., & Ferreira, L. P. (2006). *Tempo da Adopção vs Tempo Útil da Criança: Complexidade e questões do processo* (Trabalho Final de Curso de Investigação em Serviço Social), Lisboa, Instituto Superior de Serviço de Lisboa.

Relvas, A. P. (1996). O Ciclo vital da família: Perspectiva Sistémica. Edições Afrontamento.

Relvas, A. P., & Alarcão, M. (2002). *Novas formas de família*. Coimbra: Quarteto.

Rey, G. F. (1999). L investigación cualitativa en Psicología: rumbos e desafios. São Paulo: Educ.

Rogers, E. & Escudero, V. (2004). *Relational Communication: An interactional perspective to the study of process and form*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.

Roing i López, F. & Santacana, M. F. (2003). Evaluación psicológica entendida como processo. In M. F. Santacana, *Evaluación psicológica* (pp. 5-43). (Coord.). Barcelona: Editorial UOC.

Rosenberg, Elinor B. (1992). *The adoption life cycle: The children and their families through the years*. New York: The Free Press.

Sampaio, D., & Gameiro, J. (1985). *Terapia familiar*. Porto: Afrontamento.

Silverman, D. (2000). *Doing Qualitative Research: a practical handbook*. London: Sage Publications

Stein L. M., Hoopes JL. (1985) *Identity formation in the adopted adolescent. The Delaware family study*. New York: Child Welfare League of America.

Ward, M. (1996). *Older-child adoption and the new parents' marriage: Interviews with parents*. Canada: Annual Conference of the North American Council of Adoptable Children.

Watzlawik, P., Beavin, J. & Jackson, D. (2004). *Pragmática da Comunicação Humana: um estudo dos padrões, patologias e paradoxos da interação (21ª Edição)*. São Paulo: Cultrix. (Tradução do original em língua inglesa *Pragmatics of Human Communication*, 1967)

Wilson H.S. & Hutchinson S.A. (1996). Methodologic Mistakes in Grounded Theory. *Nursing Research*, 45(2), 122-124.

Zamostny, K. P.; O'Brien, K. M., Baden, A. L., Wiley, M. O. (2003). The Practice of Adoption: History, Trends, and Social Context. *The Counseling Psychologist*, 31 (6).